

Relator não pede indiciamento, mas sugere limite de saques com cartões

Marisa Serrano concede vista coletiva do relatório apresentado por Luiz Sérgio, que volta a ser examinado amanhã. Oposição anuncia voto em separado solicitando o indiciamento de Dilma Rousseff, Orlando Silva e Altemir Gregolin

Márcia Kallme



Luiz Sérgio (de costas, observado por Marisa Serrano) lê seu relatório com críticas a ministros do governo Fernando Henrique e sugestões de regulamentação para o uso de cartões

Lido ontem pelo deputado Luiz Sérgio, o relatório dos trabalhos da CPI Mista dos Cartões Corporativos não pede o indiciamento de nenhuma das autoridades envolvidas com o mau uso desses cartões. Entretanto, faz uma série de recomendações, como fixar o teto dos saques em 30% do limite dos cartões. **Página 5**

Genaldo Magela



Senadores acatam MP que destina R\$ 12,5 bi para banco ampliar operações de crédito

Plenário aprova verbas para financiamentos do BNDES

O Senado aprovou ontem a medida provisória que destina R\$ 12,5 bilhões para a ampliação de financiamentos do BNDES. Os recursos virão do superávit financeiro.

Os líderes do DEM, José Agripino, e do PSDB, Ar-

thur Virgílio, anunciaram que seus partidos votariam contra a matéria não por seu mérito, mas por considerarem inconstitucional o governo tratar de matéria orçamentária por meio de MP. **Página 3**

CCJ pode votar hoje novas regras para precatórios

Posições divergentes marcaram ontem o debate sobre a proposta, que reuniu representantes do poder público e da Ordem dos Advogados. **Página 3**

Mudanças na Lei do Petróleo geram polêmica

Com a descoberta de novas reservas de petróleo, governo quer alterar regras para concessões, mas o setor privado defende manutenção de “modelo comprovado de sucesso”. Divergência ficou clara em debate na CAE. **Página 8**

Comissão aprova projeto que indeniza vítima de overbooking

Projeto aprovado pela CMA pune empresas aéreas e define sua responsabilidade também por atraso

ou cancelamento de vôo. A proposta será encaminhada ao exame de duas outras comissões. **Página 7**

J. Freitas



Leomar Quintanilha (E) preside a reunião da Comissão de Meio Ambiente

Projeto dispõe que Bandeira do Mercosul seja hasteada no Distrito Federal, nos estados e municípios

Bandeira do Mercosul deverá ser hasteada diariamente no país

Acostumados a acompanhar o hasteamento diário da Bandeira Nacional, os brasileiros poderão ter de se habituar, em breve, a vê-la ao lado de um outro pavilhão – o do Mercosul. As quatro estrelas



Zambiasi acha que a bandeira criará nas populações identidade com o Mercosul

que simbolizam o bloco deverão acompanhar as cores nacionais junto a prédios oficiais como o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e as sedes dos governos estaduais e municipais.

O hasteamento da Bandeira do Mercosul está previsto no projeto de lei da Câmara (PLC 5/08) que recebeu ontem, no Senado, parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Apresentada pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul, a matéria – que ainda será examinada pelo Plenário – teve como relator o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), entusiasta do processo de integração regional.

– Ainda que o Mercosul não seja dotado de supranacionalidade, o projeto muito contribui para o aprofundamento e a consolidação do processo de integração.

Visa inserir na rotina nacional homenagem diária a um símbolo da identidade mercosulina – disse Zambiasi ao apresentar seu voto.

Na opinião do senador, o hasteamento diário da bandeira do bloco servirá também para caracterizar o Mercado Comum do Sul como “projeto político e estratégico”.

Outros projetos

A CE também aprovou parecer favorável a projeto de lei do Senado (PLS 246/07), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – ou FAT Rural. A proposição foi acolhida com nove emendas da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Dois projetos de resolução do Senado (PRS) merecem destaque: o primeiro institui o Diploma José Ermírio de Moraes para personalidades do setor industrial que tenham se destacado por sua contribuição à economia nacional (PRS 21/08); o segundo (PRS 8/08) denomina Cândido Portinari o Museu Histórico do Senado Federal.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Sessão deliberativa, às 14h. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 10h30, o ministro da AGU, José Toffoli; às 11h, solenidade de lançamento da Frente Parlamentar dos Dirigentes Lojistas; às 14h30, reunião de líderes; às 15h, vai a ato relacionado ao centenário da imigração japonesa; e, às 15h30, recebe o senador João Pedro e Flávia Grosso, superintendente da Suframa.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião deliberativa às 14h.

CCT vota projeto que facilita acesso de deficientes visuais a arquivos digitais

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota, às 8h45, projeto que visa facilitar acesso

de deficientes visuais a arquivos digitais de livros. Entre os 12 itens em pauta, ainda encontram-se sete projetos de decreto legislativo que

tratam de outorga ou renovação de concessões, permissões e autorizações para o funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Isenção de IPI para a área do leite

Reunião, às 9h, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para analisar 14 itens, entre eles, substitutivo a projeto que prorroga o prazo para o trabalhador rural requerer aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo. Outro dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos e equipamentos específicos que sejam utilizados na produção de leite.

Programas de saúde agendados na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde realizam, às 11h, audiência pública para discutir soluções de tratamento das chamadas “doenças negligenciadas” e as restrições orçamentárias relativas aos programas da saúde. O debate terá como convidado o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Mudanças Climáticas

Audiência pública, às 10h, na Comissão Especial das Mudanças Climáticas para debater a elaboração do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima. O coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o físico Luiz Pinguelli Rosa, é um dos convidados.

Precatórios e exames da OAB na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota, às 10h, substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição que tratam dos precatórios judiciais. Entre os 22 itens em pauta, encontra-se ainda projeto do Executivo criando a Secretaria de Assuntos Estraté-

gicos da Presidência da República. Também deverão ser votados o projeto que altera a Lei 8.906/94, para abolir o exame de Ordem; e o que anistia integrantes da Polícia Militar do Rio Grande do Norte que atuaram em movimentos reivindicatórios em 2007.

CPI da Pedofilia

Às 9h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia promove reunião administrativa para votação de requerimentos e discussão de outras matérias.

Estudos constitucionais no Interlegis

O segundo dia da programação do Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), como parte das co-

memorações dos 20 anos da Constituição, transcorre hoje, no Interlegis, das 9h às 18h. As conferências do programa contam com a participação dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Esportes radicais na CE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência pública para debater projeto que estabelece regras para a prática de esportes radicais (PLS 403/05). Estão convidados, entre outros, representantes dos ministérios do Turismo e do Esporte, bem como praticantes de surfe, pára-quedismo e escalada.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Moraes
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Tião Viana e Antônio Carlos Valadares

Leopoldo Silva



Na audiência da CCJ, Cezar Britto (E), Marco Maciel, Simão Cirineu e Elena Garrido

Poder público e OAB divergem sobre regras para precatórios

A audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre as sete propostas de emenda à Constituição que tratam de precatórios judiciais deixou claros o apoio à medida pelo devedor – o poder público – e as objeções apostas pelos advogados. Dos cinco convidados, os quatro representantes do poder público foram favoráveis à aprovação do substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), enquanto o presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Britto, manifestou-se francamente contrário à proposta.

Disseram apoiar a proposta de Raupp os secretários de Fazenda de Minas Gerais, Simão Cirineu, e do Rio de Janeiro, Joaquim Levy; o secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos, Gilberto Perre; e a coordenadora jurídica da Confederação Nacional dos Municípios, Elena Garrido. Todos, porém, admitiram que a legislação que hoje define o pagamento de precatórios é caótica.

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), anunciou que

a matéria será votada hoje. Se aprovada na comissão, terá de ser submetida a votação em Plenário antes de seguir ao exame da Câmara. Por alterar a Constituição, exige quórum qualificado, precisando do apoio de 49 senadores, em dois turnos de votação.

Prazos longos

Para Cezar Britto, o projeto “legaliza a torpeza” ao propor que o Estado assumira o papel de comprador, com deságio, dos precatórios. Hoje, os precatórios são comercializados em um mercado paralelo, também com deságio. Cezar Britto afirmou que o projeto reconhece que os débitos são impagáveis e que os percentuais estabelecidos para o pagamento farão com que sejam necessários de 50 a 60 anos para que todas as dívidas já reconhecidas pela Justiça sejam quitadas, havendo casos, como no Espírito Santo, em que se poderá esperar 140 anos.

Essa quarta audiência foi pedida pelos senadores pela Bahia César Borges (PR) e Antonio Carlos Júnior (DEM), que, ao final, manifestaram-se contrários à deliberação da matéria no atual momento.

Kátia Abreu cuidará de meio ambiente no Orçamento de 2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) será a sub-relatora para assuntos de integração nacional e de meio ambiente dentro do Orçamento federal para 2009. A escolha foi feita ontem, durante reunião dos representantes dos líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A relatoria setorial de infraestrutura – uma das mais cobichadas pelos partidos políticos por movimentar a maior parte dos investimentos da União, especialmente em transportes – caberia ao PMDB da Câmara, mas o partido cedeu o lugar a um deputado do PT – no caso, Carlito Merss (SC).

Por acordo, o PMDB tratará dos assuntos de saúde, que nos



Kátia Abreu foi escolhida ontem pela Comissão Mista de Orçamento

últimos anos têm ficado com o PSDB. O PMDB indicou para o posto o deputado Aníbal Gomes (CE). Em nova reunião, marcada para terça-feira, os representantes dos líderes partidários querem escolher os outros sete sub-rela-

Oposição protesta contra edição de MPs sobre matéria orçamentária, mas Plenário acata proposta que libera R\$ 12,5 bilhões para banco ampliar limites operacionais

Aprovada MP que destina verbas para financiamentos do BNDES

O Senado aprovou ontem a medida provisória que cria uma fonte adicional de recursos, no valor de R\$ 12,5 bilhões, para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com a MP 414/08, os recursos virão do superávit financeiro – o excesso de arrecadação de impostos – existente no Tesouro Nacional.

As condições financeiras e contratuais dessa abertura de crédito serão definidas pelo Ministério da Fazenda. A MP segue para promulgação.

Segundo a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), esses R\$ 12,5 bilhões que vão ser alocados para ampliação dos limites operacionais do BNDES significam um incremento da ordem de aproximadamente 20% em relação ao montante aplicado em 2007. A senadora assinalou que o banco



Virgílio (E), João Pedro, Agripino e Ideli em Plenário

poderá chegar ao final de 2008 com um desembolso superando os R\$ 80 bilhões, o que permitirá o financiamento de obras, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizadas por prefeituras e governos estaduais, além das pesquisas para exploração do petróleo encontrado na bacia de Santos.

O líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que o partido não obstruiria a votação da MP, mas que sua bancada votaria contra

Virgílio quer alterações em projeto sobre ZPEs

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), elogiou o adiamento da votação de projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória 418/08, que altera o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação (ZPEs), devido a entendimento entre o presidente do Senado, Garibaldi Alves, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e os demais

líderes partidários.

– O projeto [PLV 15/08] não é bom para o Brasil. Ofende a economia do estado do Amazonas e pode proporcionar a canibalização dos produtos fabricados na Zona Franca [de Manaus] – protestou Virgílio.

A votação da proposta que estabelece isenção de até 100% do Imposto de Renda para investimentos em exportação nas regi-

ões Norte e Nordeste foi adiada para hoje e, segundo o senador, a matéria deverá ser aprovada pelo Senado. Na sua avaliação, no entanto, o adiamento da votação “ainda” permitirá a inclusão de emendas passíveis de serem discutidas na Câmara, para onde o projeto seguirá caso seja modificado no Senado. O PLV 15/08 tem como relator o senador José Sarney (PMDB-AP).

– Isso afronta claramente a Constituição. Vamos nos dar ao respeito e votar “não” – reclamou.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu a discussão a respeito da admissibilidade da MP, evitando que a matéria fosse votada “a toque de caixa”. Ele disse que a medida, por não atender aos pressupostos de urgência e relevância, é inconstitucional.

– Vamos votar contra porque é inconstitucional e não porque estamos contra o desenvolvimento do país. O que está pegando para nós é precisamente a dúvida que temos quanto à constitucionalidade e não quanto ao mérito, que é bom. O governo precisa aprender a respeitar o Congresso e a nossa luta vai continuar – afirmou.

Alvaro Dias elogia novo sistema de acesso a informações legislativas

O novo sistema de acesso da população às propostas em tramitação no Senado entrará brevemente em funcionamento, informou o 2º vice-presidente da Casa, Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador felicitou o grupo de trabalho encarregado de elaborar um estudo destinado a proporcionar maior interação entre a sociedade e o processo legislativo.

Instituído em 14 de fevereiro, o colegiado deverá racionalizar a atividade legislativa e aproximar o cidadão do Parlamento.

De acordo com Alvaro Dias, a iniciativa vem sendo conduzida pela Secretaria Geral da Mesa, com o objetivo de disponibilizar na internet o conteúdo e a tramitação de proposições.

O senador explicou que, a partir da implantação dessa nova sistemática, o cidadão interessado no conteúdo de um determinado projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição, por exemplo, poderá encaminhar opiniões e questionamentos sobre a matéria aos senadores do seu estado, ao



Alvaro parabeniza grupo de trabalho e diz que a sociedade clama por transparência

autor ou ao relator da proposta.

– A sociedade brasileira, afinal, clama por transparência – disse.

Gerson Camata (PMDB-ES) também parabenizou os membros do grupo de trabalho.

Presidente do Senado resolveu transformar a sessão em ato de combate à edição excessiva de medidas provisórias

Garibaldi critica MPs em sessão para homenagear imprensa

As constantes edições de medidas provisórias (MPs) por parte do Poder Executivo podem constituir um regime de exceção. O alerta foi feito pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, na abertura da sessão especial em que o Senado celebrou, ontem, os 200 anos da imprensa brasileira e homenageou o seu patrono, Hipólito José da Costa.

Garibaldi Alves informou que, somente no ano passado, das 145 sessões deliberativas realizadas pelo Senado, pelo menos 89 tiveram as suas pautas trancadas em virtude das MPs.

– Mas, graças a Deus, nesse caso, o Congresso Nacional possui um forte aliado na luta pela restrição de

edição de medidas provisórias, que é a imprensa – desabafou Garibaldi Alves, que transformou a sessão em ato de combate à edição de medidas provisórias.

O autor do requerimento que resultou na homenagem, senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que a construção e a manutenção de uma sociedade democrática passam pela liberdade de expressão e por uma imprensa livre e independente.

Ocuparam ainda a tribuna para homenagear a imprensa os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Romeu Tuma (PTB-SP), que condenou policiais que usam o poder de polícia para violentar direitos e a liberdade de imprensa.

Abaixo-assinado de sindicalistas pede redução de jornada de trabalho

Representantes das centrais sindicais, acompanhados dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), entregaram ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, abaixo-assinado com 1,5 milhão de assinaturas apoiando a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas

semanais, sem redução de salário. Os sindicalistas pediram a votação imediata da proposta de emenda à Constituição (PEC 75/03), de autoria de Paim, que propõe a mudança na legislação trabalhista. A matéria está aguardando apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Camata alerta para ameaça das Farc na América Latina

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou da tribuna sua preocupação com a extensão da rede de apoio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em toda a América Latina. Ele disse que, apesar dos problemas que a organização vem enfrentando, é um erro subestimá-la.

– Com mais de 40 anos de existência, o grupo de bandidos que se intitula

como guerrilha, mas que não passa de organização dedicada ao tráfico de cocaína e a seqüestros praticados para extorquir dinheiro, parece estar desmoralizado e à beira da desintegração. Não convém, no entanto, subestimá-lo, apesar dos golpes que sofreu ultimamente – alertou.

Camata alertou para reportagens de jornais latino-americanos que indicam

existir, desde 2002, núcleos para apoio ideológico, financeiro e logístico em países como Peru, onde integrantes das Farc recrutam milicianos; Equador, onde se abrigam e obtêm recursos; Costa Rica, México e Venezuela, onde fazem a lavagem do dinheiro obtido no narcotráfico; e até o Brasil, utilizado como rota de escoamento da produção e remessa de armas.



Camata afirma que não se deve subestimar grupo colombiano



Agaciel Maia (centro) e Tuma (ao lado) dizem que democracia nasceu com Constituição

Maciel enaltece em simpósio a importância da Constituição

“A Constituição federal de 1988 foi algo muito importante para o país. Ela criou um novo instituto no campo jurídico e deu um espaço muito destacado à questão social brasileira, sem contar também o fato de ter dado uma nova redefinição à questão federativa.” Essa é a opinião do senador Marco Maciel (DEM-PE), convidado especial do Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, que se realizou ontem e continua hoje, em comemoração aos 20 anos da Constituição.

Ex-vice-presidente da República, Marco Maciel destacou que é preciso olhar para a Carta Magna de 88 sob a ótica das condições políticas em que o país se encontrava naquele momento e também com as limitações com que se trabalhou para elaborá-la.

Já para o senador Romeu Tuma (PTB-SP), que fez parte da mesa de abertura do simpósio, a democracia, no Brasil, “nasceu com a elaboração e a promulgação da

atual Constituição federal”.

Na abertura dos trabalhos, foi feita uma homenagem ao senador Jefferson Péres, falecido na última semana de maio. Ele havia sido convidado para apresentar uma palestra no simpósio. Após ouvir trechos de discursos do ex-senador pelo Amazonas sobre a importância da ética, todos os participantes do evento levantaram-se e fizeram um minuto de silêncio.

O vice-reitor executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, falou sobre a missão do Senado, “uma instituição voltada para a discussão das grandes questões tratadas na Constituição”.

Proferiram ainda palestras o professor da Universidade de São Paulo, Manoel Gonçalves Ferreira Filho; o tributarista Ives Gandra da Silva Martins, da Universidade Mackenzie (SP); e Cezar Saldanha Souza Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Retrato de Luiz Otávio na galeria da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos realizou ontem a cerimônia de afixação do retrato de Luiz Otávio na galeria de ex-presidentes do colegiado. Ele foi senador pelo PMDB do Pará entre 1999 e 2007 e presidiu da comissão de 2005 a 2006. Entre os presentes estavam o presidente do Senado, Garibaldi Alves; o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP); o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; e a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra.

Luiz Otávio declarou que “é uma honra estar nessa galeria” e que sua foto esteja ao lado da de Ramez Tebet, ex-senador de Mato Grosso do Sul falecido em novembro de 2006. Tebet antecedeu Luiz Otávio como presidente da comissão.

Na Câmara, origamis pregam a paz

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) participam hoje, na Câmara dos Deputados, da abertura do projeto Origami do Centenário, relativo às comemorações pelos cem anos da imigração japonesa no Brasil. O evento será aberto pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

A proposta dos organizadores é fazer com que o maior número possível de pessoas participantes do evento produza origamis (papel dobrado seguindo um esquema tradicional da cultura japonesa) contendo a mensagem “Paz”. Os origamis entregues ao projeto deverão formar um painel mostrando a união do Brasil e do Japão por meio da junção das duas bandeiras em desenho estilizado.



Paulo Paim

Integrantes da classe artística se reuniram ontem com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para solicitar que não seja votado o projeto determinando que o pagamento do direito autoral sobre as músicas utilizadas em filmes fique limitado ao momento da contratação de seu uso pela produção. A proposta isenta as empresas exibidoras do pagamento de 2,5% sobre a bilheteria dos filmes ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). De acordo com os artistas, o projeto atenta contra os interesses da categoria e a Constituição federal, que garante a inviolabilidade do direito de autor. A atriz Lady Francisco e o músico Pepeu Gomes esclareceram que o objetivo do grupo é defender os artistas que vivem exclusivamente do fruto de seu talento.

Deputado sugere saque máximo de 30% do limite

O relatório final apresentado pelo deputado Luiz Sérgio à CPI Mista dos Cartões Corporativos tem 139 páginas de texto e mais quase outras 800 de anexos. Além de um projeto de lei para regulamentar o uso de cartões corporativos, o relator fez 13 recomendações ao Poder Executivo, ao Banco do Brasil, à Câmara dos Deputados, à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Luiz Sérgio recomenda ao Executivo que seja estabelecido um limite de saque, com percentual máximo de 30% do limite do cartão. Propõe ainda que os ministros de Estado voltem a receber diárias em viagens, em vez de receberem cartões corporativos, cujo uso passaria a ser vedado a essas autoridades.

O deputado defende a utilização de “filtros” para o uso do cartão, impedindo, por exemplo, compras pela internet ou por telefone.

Na opinião de Luiz Sérgio, a senha de uso do cartão do governo deve ser diferente da senha do cartão pessoal do usuário de cartão corporativo, para evitar equívocos. Ele sugere que a fiscalização passe por mais uma etapa, além das que já existem hoje: a do setor contábil de cada órgão.

Ao Banco do Brasil, o relator propõe alteração do leiaute do cartão, para que não seja mais confundido com cartões de crédito pessoais. Também recomenda que os cartões corporativos passem a ser equipados com *chips*, o que, na sua avaliação, aumenta a segurança da ferramenta.

Por fim, Luiz Sérgio pede à CGU e ao TCU que criem critérios de amostragem para realizar auditorias específicas em processos de prestação das contas que apresentem maior potencial de risco. O objetivo é uniformizar o trabalho dos dois órgãos.

Marisa Serrano concede vista coletiva do documento que atribui denúncias a equívocos. Votação está prevista para amanhã

Relatório da CPI dos Cartões ignora dossiê



Marisa Serrano, presidente da CPI, acompanha leitura do texto por Luiz Sérgio

O relatório sobre os trabalhos da CPI Mista dos Cartões Corporativos, apresentado ontem pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), não pede o indiciamento de nenhuma autoridade envolvida com o mau uso de cartões de pagamento do governo. Ele afirma que a maior parte das denúncias iniciais resultou de equívocos.

A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), concedeu vista coletiva e marcou para amanhã, às 9h, a votação do texto. O relatório contém uma proposta de regulamentação do uso de cartões corporativos.

Luiz Sérgio deixou de abordar o caso do suposto dossiê com gastos sigilosos realizados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o petista, essa é uma questão que deve ser investigada pela Polícia Federal, e não pela CPI. Em entrevista, o deputado destacou que o relatório será enviado ao Ministério Público (MP) e que esse órgão, se achar

necessário, indiciará suspeitos de uso irregular do cartão.

Voto em separado

Também em entrevista, os deputados opositores Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Índio da Costa (DEM-RJ) anunciaram que apresentarão votos em separado, onde pedirão ao Ministério Público o indiciamento da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e de outros

envolvidos no caso do suposto dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique.

Sampaio garantiu que pedirá ainda o indiciamento de outros ministros, como Orlando Silva (do Esporte) e Altemir Gregolin (da Pesca).

Ao longo do documento, Luiz Sérgio defendeu a manutenção do uso de cartões e concluiu que as denúncias não eram procedentes,

tendo sido, em sua maioria, originadas em erros da imprensa.

Casos isolados

No relatório, Luiz Sérgio concluiu que “a opinião pública foi vitimada por informações pouco precisas, embora houvesse, realmente, casos isolados de uso incorreto de cartão de pagamento do governo federal que mereceram a atenção desta comissão bem como dos órgãos de controle competentes”.

Para reforçar a afirmação, ele citou informações levadas à CPI pelo ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho. Segundo o ministro, a CGU teria concluído que todas as 56 denúncias divulgadas pela mídia até então, relatando uso indevido dos cartões, “eram desprovidas de fundamento”.

Conforme o relator, os jornalistas responsáveis pelas reportagens a respeito “foram induzidos a erro pela análise de informações incompletas”.

Para relator, ministros cometeram irregularidades por engano

O relator da CPI Mista dos Cartões atribuiu a enganos as irregularidades cometidas com cartões de crédito corporativo pelos ministros Orlando Silva (Esporte), Altemir Gregolin (Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca), e Matilde Ribeiro (ex-ministra da Secretaria Especial da Igualdade Racial) do governo Lula. Os três devolveram recursos aos cofres públicos.

Segundo Luiz Sérgio, os ministros do governo Fernando Henrique Cardoso cometeram “erros e delitos muito mais graves do que os já mencionados”.

– Se os ministros do governo Lula acusados de uso indevido do cartão corporativo devolveram dinheiro aos cofres públicos, os ministros do governo passado

precisam devolver também”, afirmou o relator em entrevista, após a leitura do relatório final.

Em relação ao governo passado, Luiz Sérgio apresentou denúncias de uso irregular de cartão pelos ex-ministros da Educação Paulo Renato Souza; do Planejamento Martus Tavares; da Comunicação Pimenta da Veiga; da Reforma Agrária Raul Jungmann; e da Cultura Francisco Weffort. O relator sugeriu que esses ex-ministros apresentem à Controladoria Geral da União (CGU) justificações de despesas ou devolvam recursos aos cofres públicos.

De acordo com o relatório, foram encontradas irregularidades em gastos do ex-ministro Paulo Renato em viagens ao Rio de Janeiro. O ex-ministro Martus

Tavares é acusado de justificar refeições em valores muito elevados durante viagens. Já o ex-ministro Pimenta da Veiga foi acusado de pagar, com suprimento de fundos, refeições em Brasília e de ter comprado um “tucano de pedras” no valor de R\$ 48,90.

Luiz Sérgio acusa o ex-ministro Jungmann de fazer “despesas no domicílio eleitoral” com cartão corporativo, medida cuja legalidade é questionada, segundo o relator.

Já o ex-ministro Francisco Weffort teria, segundo o relator Luiz Sérgio, pagado despesas com transporte no valor total de R\$ 93 mil.

“Faltou contundência”

A presidente da CPI, Marisa Serrano (PSDB-MS), lamentou, em entrevista, que o relatório não tenha sequer citado a questão do dossiê contendo gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique.

A senadora garantiu mais uma vez que não houve acordo entre governo e oposição para que as investigações não prosseguissem e lamentou não ter sido possível aprofundá-las.

Marisa Serrano lamentou ainda que tenha faltado “contundência e aprofundamento” no relatório final apresentado por Luiz Sérgio.

Senadora Marisa Serrano lamentou falta de “contundência e aprofundamento” no relatório final

Voto da oposição pede indiciamento de Dilma, Orlando Silva e Gregolin

“A oposição não deixará a CPI Mista dos Cartões Corporativos acabar dessa maneira”, disse na entrevista o deputado Índio da Costa, sobre os votos em separado que ele e Carlos Sampaio apresentarão pedindo o indiciamento da ministra Dilma Rousseff e dos ministros Orlando Silva e Altemir Gregolin, além de servidores.

O deputado do Democratas frisou não fazer diferença para o Ministério Público (MP) qual dos relatórios será aprovado na CPI. Segundo afirmou, mesmo se forem rejeitados pelos parlamentares, uma vez que a oposição é minoria na comissão, os votos em separado serão encaminhados à instituição e terão para o MP o mesmo peso que o

relatório de Luiz Sérgio.

– O Ministério Público não depende de votação aqui. Para o Ministério Público, o que interessa é se as denúncias estão bem embasadas – disse Índio da Costa.

Durante a reunião, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) sugeriu aos opositores que se tente chegar a um acordo para in-

cluir propostas da oposição no relatório de Luiz Sérgio. Dessa forma, não seria necessário haver votos em separado.

A presidente da comissão parlamentar de inquérito, senadora Marisa Serrano, destacou que as sugestões que não entraram no relatório final poderão ser também apresentadas na forma de projeto de lei.



Carlos Sampaio é um dos autores do voto de oposição, que questiona relatório

COMISSÃO MISTA DISCUTE PLANO NACIONAL DE MUDANÇAS DO CLIMA

O presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), convocou para hoje, às 10h, reunião com o objetivo de discutir a elaboração do Plano Nacional de Mudanças do Clima.

O encontro na comissão servirá para orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão periódica do plano.

A reunião deverá contar com a presença

de representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, e da Casa Civil, além do coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa. O debate será na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

A comissão mista foi criada para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) é o relator do colegiado.

EXPEDITO JÚNIOR REGISTRA LEILÃO DA USINA DE JIRAU

Expedito Júnior (PR-RO) registrou a realização do leilão da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. A disputa foi vencida pelo consórcio Energia Sustentável, composto pelas empresas Suez Eneryge e Camargo Corrêa e pelas estatais Eletrosul e Chesf. O consórcio pretende fazer uma modificação à proposta original, elaborada pela empresa de pesquisa energética para “reduzir custos e impacto ambiental”, disse.

O senador mostrou, ainda em Plenário, a fotografia de uma criança desaparecida há 16 dias da cidade de Alto Paraíso do Oeste, em seu estado. A menina Janaína, de 10 anos, saiu de bicicleta para ir à padaria e não voltou mais para casa.



Fotos: Geraldo Magela



Mozarildo afirma que muitos ambientalistas desconhecem a Amazônia

“Ministro deve fazer curso intensivo sobre a Amazônia”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) repudiou o anúncio feito na última segunda-feira, “de maneira precipitada”, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, colocando o estado de Roraima como o segundo em devastação florestal. Na opinião do senador, há uma “orquestração internacional” para taxar os brasileiros de devastadores. Mozarildo recomendou ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que faça um curso intensivo sobre a Amazônia, uma vez que ele próprio admitiu que não conhece a região e, mesmo assim, tem enorme responsabilidade sobre o futuro dela.

– São os brasileiros que estão fazendo graça para os estrangeiros – disse o senador, ressaltando ainda que, no caso de Roraima, muitos ambientalistas não sabem que existem diferenças entre lavrado e matas devastadas.

Para ele, o relatório do Inpe ressalva que, nos meses em que foram feitas as observações, o céu estava encoberto por nuvens.

– Portanto, o diagnóstico não é preciso sequer para região de floresta, que dirá para Roraima. Em 508 anos, apenas 12% da área da Amazônia foram explorados – assinalou.

Os senadores Expedito Júnior (PR-RO), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Gerson Camata (PMDB-ES) apoiaram as críticas de Mozarildo.

Marina reassume e alerta para evolução do desmatamento

Senadora aponta dificuldades para combater devastação em estados como Rondônia e Mato Grosso e enfatiza a importância de ações como a divulgação da lista de infratores

Ao reassumir ontem sua cadeira no Senado, Marina Silva (PT-AC) afirmou que seu retorno à Casa, após cinco anos à frente do Ministério do Meio Ambiente, modifica sua forma de interagir com os colegas, da mesma maneira como, em sua ida para o Executivo, levou a experiência de uma vida parlamentar de mais de oito anos.

– Minha experiência de cinco anos no Executivo requalifica minha interação com os colegas, independentemente das divisões que são feitas na lógica de partido – disse a senadora.

Marina defendeu as políticas ambientais implementadas durante sua gestão no ministério. Em referência ao último relatório



Com Viana (E) e João Pedro, Marina defende sua gestão no ministério

do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que indicou aumento da área de desmatamento na Amazônia Legal, em especial em Mato Grosso, a senadora lembrou que, durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Pará, em dezembro de

2007, já havia sido detectada tendência de desmatamento. Marina Silva enfatizou a importância das ações adotadas a partir de então, como o embargo das áreas ilegais desmatadas, a divulgação da lista dos principais contraventores e a moratória decretada nos 36 municípios com maiores índices de desmatamento. A senadora mencionou ainda as dificuldades enfrentadas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Polícia Federal em alguns estados, como Mato Grosso e Rondônia, para estabelecerem parceria no combate ao desmatamento.

Efraim Moraes propõe a Minc um choque de gestão



Para Efraim, o meio ambiente não precisa de ideologia nem de radicalismo

Em pronunciamento no Plenário, o senador Efraim Moraes (DEM-PB) disse ontem que o meio ambiente não precisa de ideologias nem de radicalismos, mas de um choque de gestão que favoreça o aproveitamento econômico dos recursos naturais, como forma de melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros ainda excluídos do processo de desenvolvimento.

Efraim também avaliou que o Brasil terá que fazer escolhas claras e definitivas a respeito da gestão ambiental, embora, segundo o senador, a leitura diária dos jornais faça parecer que o país disponha de apenas dois caminhos. De um lado, estaria o

salvacionismo religioso da natureza, que, *a priori*, desconsidera o desenvolvimento do homem no presente. De outro, o uso predatório e não planejado dos recursos naturais, que elimina a possibili-

dade do futuro sustentável.

– Acreditamos que existe um terceiro caminho, em que a ideologia principal é o planejamento e a ferramenta de trabalho, a capacidade gerencial que nós, brasileiros, conseguimos demonstrar em tantas áreas ao longo de nossa história. A realidade é muito mais complexa do que isso, e exige uma leitura muito mais elaborada e conseqüente – afirmou.

O senador sugeriu ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que estruture a organização administrativa da pasta em torno dos biomas brasileiros, permitindo aos cidadãos um maior conhecimento da realidade ambiental do país.

Senado Verde dará início à coleta seletiva de lixo

O projeto de gestão ambiental Senado Verde promoveu ontem, no Auditório Petrônio Portela, a palestra “Coleta seletiva e economia de recursos naturais”, visando preparar os funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção da Casa para a execução da coleta seletiva, que será implantada no Senado.

O diretor da Subsecretaria de Controle de Qualidade e Especificações do Senado, engenheiro Luciano Freitas de Oliveira, falou sobre a importância e os benefícios da coleta seletiva de lixo e da adoção de medidas socioambientais pelos funcionários.

No sistema de coleta seletiva de lixo na Casa, conforme explicou o diretor, serão usadas lixeiras de cor preta para a coleta do lixo seco (papéis, plásticos, caixas, metais, vidros e outros) e lixeiras de cor branca para o recolhimento do lixo orgânico (restos de alimento, papel higiênico, copos descartáveis com resto de café ou suco). Segundo Luciano Oliveira, o lixo seco recolhido deverá ser doado para a Associação de Agentes Ecológicos da Vila Planalto.

Compareceram à palestra o diretor-geral, Agaciel Maia, o diretor da Secretaria de Serviços Gerais, José Ausnemburgo Machado, e a coordenadora do projeto Senado Verde, Mariângela Cascão, que defendeu o engajamento da sociedade contra o consumismo exagerado e a falta de responsabilidade com o meio ambiente.

– Se cada pessoa pensar que os problemas ligados ao meio ambiente são apenas responsabilidade do governo ou de empresas, nós não avançaremos – advertiu Mariângela Cascão.

Mudança de atitude

De 9 a 13 deste mês, em parceria com o TCU e a Câmara dos Deputados, o Senado realizará a 3ª Semana do Meio Ambiente. As discussões devem se dar em torno do tema “Mudança de Atitude”.

Geraldo Magela



Para Mão Santa, há mais senadores contrários do que supõe o governo

Mão Santa diz que CSS não vai passar no Senado

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), a proposta de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) – que deverá ser votada hoje na Câmara – poderá passar naquela Casa, “mas não passará no Senado”, onde o número de parlamentares contrários à iniciativa “é maior do que o governo supõe”.

A proposta da CSS foi incluída no substitutivo ao PLP 306/08, de Tião Viana (PT-AC), que regulamenta a Emenda Constitucional 29. Para Mão Santa, trata-se, na realidade, de tentativa do governo de “ressuscitar” a extinta CPMF.

Geraldo Magela



PDT é da base do governo, mas não tem que apoiar imposto, diz Osmar

Osmar Dias avisa: “Votarei contra a nova CPMF”

O projeto de lei que cria a Contribuição Social para a Saúde terá no líder do PDT, Osmar Dias (PR), um “opositor ferrenho”, conforme ele advertiu. O senador disse que, se o governo considera necessária a CSS, deveria tê-la proposto dentro da reforma tributária atualmente em exame na Câmara e feito a compensação aos contribuintes por meio da exclusão de um imposto “que não tenha serventia”. Osmar Dias entende que a “recriação da CPMF vai sepultar a reforma”.

– Votarei contra esse imposto inoportuno – disse.

CMA aprova projeto que define a responsabilidade do transportador por atraso, interrupção, cancelamento de voo ou dano à bagagem. Duas outras comissões ainda analisarão o texto

Proposta indeniza passageiros prejudicados por *overbooking*

Projeto que obriga as empresas aéreas a indenizarem os passageiros em caso de excesso de reservas na aeronave – o chamado *overbooking* – foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposição também define a responsabilidade do transportador por atraso, interrupção, cancelamento de voo ou dano à bagagem.

O texto aprovado é o substitutivo de Expedito Júnior (PR-RO) aos PLs 114/04 e 429/07, de Serys Slhessarenko (PT-MT); 283/07, de Renato Casagrande (PSB-ES); e 533/07, de Aloizio Mercadante (PT-SP). A proposta será ainda analisada pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com decisão terminativa nesta última.

Conforme o texto, “o passageiro que, comparecendo na hora estabele-

cida e portando bilhete com reserva confirmada, deixar de embarcar por haver a empresa efetuado reservas em número superior à capacidade da aeronave” fará jus a indenização de valor equivalente ao da tarifa integral, sem descontos, independentemente de conexões e escalas. A indenização deverá ser paga imediatamente. O passageiro ainda terá o direito de escolher entre o reembolso do valor do bilhete por ele pago, o endosso da passagem ou acomodação em voo no, no prazo de quatro horas, a contar do horário previsto



Substitutivo de Expedito (E) reúne projetos que tramitaram em conjunto, dois deles de Serys

J. Freitas

para o embarque. Se o passageiro escolher a última opção e chegar ao destino em menos de duas horas do horário inicialmente previsto, a indenização será reduzida pela metade.

Fica preservado o direito do passageiro de, mesmo tendo recebido a indenização inicial, acionar a companhia judicialmente. O substitutivo também prevê

que cancelamentos de vôos ou atrasos superiores a duas horas terão indenização de valor idêntico ao estipulado nos casos de *overbooking*, o que não exime a companhia de transportar o passageiro. As companhias ficam dispensadas de pagar a indenização nos casos de cancelamentos ou atrasos decorrentes de condições meteorológicas, de fechamento ou inoperância temporária de aeroporto, ou de “circunstâncias extraordinárias das quais o transportador dê prova de que não poderiam ter sido evitadas”.

Audiência debaterá forma de agilizar a degradação de materiais plásticos

Inovações tecnológicas que objetivam a melhor e mais rápida degradação de materiais plásticos serão debatidas em audiência na Comissão de Meio Ambiente, de acordo com requerimento de Leomar Quintanilha

(PMDB-TO). Para discutir o assunto, serão convidados representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia; e Eduardo Van Roost, da empresa Symphony Environmental Technologies, que alega, segundo Quintanilha, ter solução tecnológica para tornar degradáveis os plásticos não-degradáveis.

A CMA também aprovou requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) que propõe audiência sobre a participação da energia eólica na matriz energética brasileira, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável da Câmara. O senador sugere convites a representantes da Associação Brasileira de Energia Eólica; do Banco do Nordeste; do Greenpeace; e da Confederação Nacional da Indústria.

Também foi aprovado requerimento de Expedito Júnior para que o Tribunal de Contas da União faça auditoria nos documentos recebidos do Ministério de Minas e Energia sobre o programa Luz para Todos em Rondônia. Outro requerimento acatado, de Gim Argello (PTB-DF), propõe audiência sobre a legislação

aplicável à locação de áreas de uso por concessionários nos aeroportos. Serão convidados representantes da Associação Brasileira de Concessionários Aeroportuários, do Ministério da Defesa, e da Infraero.

Poluição duradoura

O tempo de decomposição de sacos e copos plásticos jogados no meio ambiente pode variar de **200 a 450** anos, segundo especialistas.



Geraldo Magela



Delcídio: atividade operacional da Embrapa “vem sendo engessada”

Delcídio Amaral propõe criação da Embrapa S/A

A alteração jurídica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – de estatal para sociedade de economia mista de capital aberto – foi proposta por Delcídio Amaral (PT-MS).

Pelo projeto, apresentado ontem, a maioria das ações da Embrapa ficaria em poder do governo federal, e o restante em bolsa de valores, nos moldes da Petrobras. Segundo o senador, a mudança modernizaria, agilizaria e diminuiria a burocracia da empresa, e ajudaria a alcançar os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Praia assume a vaga que foi deixada por Jefferson Péres

Comissão aprova criação de centros de educação ambiental

A CMA também aprovou proposta que prevê a destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FDNF) para a criação de centros de educação ambiental em municípios da Amazônia, com o objetivo de capacitar a população local para o exercício de atividades florestais sustentáveis. Emenda do relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), a projeto (PLS 91/08) de Gim Argello (PTB-DF) estabelece que esses centros também serão instalados nos biomas Mata Atlântica e Cerrado.

Segundo Gim Argello, “por falta de conhecimento, boa parte da população dos municípios amazônicos acaba sendo absorvida em atividades ilegais de desmatamento”.

O autor da proposta afirma também que o combate às práticas de degradação do meio ambiente deverá ser feito principalmente pela educação. As ações de repressão do governo, na opinião do senador, não vêm apresentando o resultado desejado.

Jefferson Praia é empossado senador

Jefferson Praia Bezerra (PDT) foi empossado ontem, em Plenário, senador pelo Amazonas. Ele assume a vaga deixada por Jefferson Péres, falecido no último dia 23. Em seu primeiro discurso como senador, Jefferson Praia elogiou o “mestre, líder e amigo” do qual era primeiro suplente.

– Um homem público insubstituível – afirmou.

Em apartes, 25 senadores deram as boas-vindas ao novo colega. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e o ex-senador Evandro Carreira prestigiaram a posse.



Produção pode crescer sem afetar alimentos, diz Cristovam

Etanol: Cristovam vê chance única para o Brasil

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que o Brasil não pode perder a oportunidade de ser um grande produtor mundial de biocombustíveis. Na avaliação do senador, o país tem condições de produzir bastante etanol sem prejudicar a produção de alimentos e preservando a floresta amazônica.

O senador comentou que o tema biocombustíveis está em discussão na Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia, iniciada ontem, em Roma.

Terras

De acordo com Cristovam, o etanol brasileiro, vindo da cana-de-açúcar, tem custo de produção inferior ao de outros biocombustíveis, como o etanol originado do milho, nos Estados Unidos. Além disso, o país tem uma enorme quantidade de terras aráveis para produzir cana-de-açúcar sem comprometer a produção de alimentos e sem devastar a Floresta Amazônica.

– Nós podemos ter uma capacidade de produzir etanol que gerará para o Brasil uma fonte de dólares suficiente para o país aproveitar essa chance que a história e a natureza brasileiras estão nos dando. Essa é uma oportunidade que não podemos perder – afirmou.

O senador salientou que o Brasil precisa garantir que as terras usadas para plantação da cana não sejam “terras de florestas”. Disse ainda que o país deve cuidar também dos trabalhadores das áreas ligadas à produção de biocombustíveis.

Em audiência na CAE, presidente da Petrobras diz que, com novas descobertas, “risco exploratório” é baixo; presidente do IBP afirma que legislação atual é “modelo comprovado de sucesso”

Governo e setor privado divergem sobre mudanças na Lei do Petróleo

Após a descoberta de novas reservas de petróleo, o governo federal e a Petrobras passaram a defender mudanças na Lei 9.478, de 1997 – também conhecida como Lei do Petróleo –, enquanto o setor privado quer a manutenção da legislação, sem alterações nas concessões às empresas. Essa divergência foi reiterada em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) – entidade que representa diversas empresas privadas do setor –, João Carlos França de Luca, afirmou que a modificação da atual Lei do Petróleo não é recomendável, pois esta seria “um modelo comprovado de sucesso, internacionalmente reconhecido por

sua transparência e estabilidade”.

Já o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), alinhou-se aos que propõem alterações. Ao se referir às mais recentes descobertas – como a do campo petrolífero de Tupi, localizado na bacia de Santos –, ele destacou que, “nas reservas encontradas na camada pré-sal, a taxa de êxito [na exploração] é de 100%”.

– Se mantivermos as regras atuais, licitemos campos com 100% de êxito, sem risco, enquanto o Estado vai ficar roendo o osso – declarou.

Nova conjuntura

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, também defendeu a mudança da lei. Ele avaliou que, em 1998, o “risco exploratório” era alto, o potencial de descoberta se dava em campos de tamanho médio e o

setor apresentava baixa capacidade de financiamento; já neste ano, com as descobertas na camada pré-sal, o risco exploratório seria baixo, o potencial de novos achados concentra-se em grandes campos e o setor dispõe de alta capacidade de financiamento. Além disso, ele ressaltou que o preço do barril de petróleo era de aproximadamente US\$ 20 em 1998, e atualmente está acima de US\$ 120.

– A conjuntura, hoje, é totalmente diferente daquela que havia no momento em que a lei foi aprovada.

No entanto, o presidente do IBP, João Carlos de Luca, disse que as modificações pretendidas pelo governo podem ser feitas “dentro da lei atual, por meio de ajustes, para que não haja o risco de que o país perca os investidores conquistados”.



Na CAE, Guilherme Estrella (E), diretor da Petrobras; Gabrielli; Mercadante; João Carlos de Luca; Haroldo Lima; e Nelson Narciso, diretor da ANP

Mercadante quer beneficiar União, estados e municípios

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Aloizio Mercadante (PT-SP), defende alterações nas regras sobre a exploração de petróleo para beneficiar União, estados e municípios. O senador – que presidiu a audiência pública sobre a legislação da área e as recentes descobertas de reservas – afirmou que poucas empresas pagam atualmente a chamada participação especial, apesar da expansão dos lucros do setor, porque as regras atuais permitiriam isso.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), “a participação especial, prevista no inciso III do artigo 45 da Lei 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto 2.705/98”.

Mercadante argumentou que “a rentabilidade das empresas do setor cresceu rapidamente, mas não foi acompanhada pelo aumento da participação de União, estados e municípios”. Ele afirmou que há 74 campos de exploração na plataforma continental (alto mar), mas que, desse grupo, apenas 14 estariam pagando a participação especial. Já em terra, haveria 189 campos, dos quais somente seis estariam realizando esse pagamento.

Alteração no marco regulatório recebe apoio de senadores

A tese de mudança no marco regulatório do petróleo contou com o apoio declarado da maioria dos senadores que participaram da audiência na CAE.

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que um novo marco deve conter regras que garantam o financiamento de um bom sistema de defesa ambiental. Segundo ele, deve haver também maior preocupação com o uso dos royalties arrecadados pelos municípios produtores.

Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que os estados produtores devem ser ouvidos e demonstrou preocupação com os aspectos ambientais e sociais decorrentes da atividade petrolífera nas áreas de exploração.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) perguntou a Gabrielli se haveria motivos técnicos para que os contratos de partilha fossem mais usados, mundo afora, no lugar dos contratos de concessão, mais utilizados no Brasil. Gabrielli respondeu que os contratos de partilha asseguram maior controle na fase de exploração.

Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou se os Estados Unidos respeitam o domínio nacional sobre a faixa marítima de 200 milhas. O presidente da ANP, Haroldo Lima, esclareceu que não tem havido problemas, mas que a soberania do país se estende até a faixa de 12 milhas. Após esse limite, até as 200 milhas, o que existe são direitos de exploração econômica exclusiva.



Para Ideli, novas descobertas propiciarão desenvolvimento

Ideli defende redistribuição de recursos

Ideli Salvatti (PT-SC) disse, em Plenário, que as recentes descobertas de jazidas de petróleo e gás natural vão obrigar a uma revisão do marco regulatório do setor, além da legislação que trata da distribuição de royalties pela exploração mineral.

A senadora defende a distribuição dos recursos de “forma justa” para todo o Brasil, e não apenas aos municípios onde ocorre a exploração das jazidas.

– Há uma descoberta na costa em frente ao município de Itajaí [SC]. Por causa da legislação, a exploração vai ser creditada ao litoral de São Paulo. Portanto, vamos ter que modificar a lei que estabelece royalties. Não quero tirar de lugar nenhum, mas temos que fazer uma repartição mais justa – declarou.

Salto

Na avaliação de Ideli, a audiência realizada ontem na CAE para debater alterações no marco regulatório do petróleo serviu para demonstrar que as jazidas localizadas na camada pré-sal do litoral brasileiro poderão contribuir para um “salto de desenvolvimento, de qualidade econômica e social” do país.

O debate contou com a participação do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli; do presidente da ANP, Haroldo Lima; e do presidente do IBP, João Carlos França de Luca.

Em apartes ao discurso de Ideli, João Pedro (PT-AM) também defendeu mudanças na distribuição de royalties. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que os royalties pela exploração petrolífera deveriam ser investidos em educação, conforme previsto em projeto de lei de sua autoria.